

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita, *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*, Rio de Janeiro, FINEP/E-papers, 2009, 198pp.

Joon Ho Kim  
Doutorando do Departamento de Antropologia – USP

Originalmente escrito como dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), *Dos autos da cova rasa* é resultado de pesquisa realizada no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, onde Letícia Ferreira analisou a documentação relativa a 62 corpos *não-identificados* necropsiados na instituição entre 1942 e 1960, desvendando a trajetória burocrática desses corpos e o processo forense de sua “identificação”. Vítimas de mortes violentas ou suspeitas, os *não-identificados* são corpos anônimos encontrados em vias públicas, lixeiras e hospitais, cuja remoção é marcada simultaneamente pela urgência de apagá-los da vida social e pela gênese de sua existência burocrática. A documentação analisada na pesquisa mostra que o empreendimento de identificar o corpo *não-identificado* é fundamentalmente um processo de classificá-lo e torná-lo burocraticamente legível para fins de vigilância estatal. O *não-identificado* não é qualquer corpo sem identidade, mas aquele cujo anonimato representa risco social aos olhos do Estado, posto que está associado a uma morte violenta e possivelmente a um crime.

Essa clivagem utilitária já demarca a lógica que direciona e prioriza a aplicação dos recursos da máquina estatal para fins de identificação: não eram todos os corpos anônimos objetos de necropsia ou “identificação”, pois aqueles sem marcas de morte violenta ou suspeita eram recusados pelo Instituto Médico-Legal e encaminhados ao Serviço de Verificação

de Óbitos da Faculdade Nacional de Medicina, onde eram utilizados em aulas de anatomia (p. 120). A partir do estudo dos corpos *não-identificados*, a autora demonstra, por um lado, a importância que tem para o Estado um sistema de identificação de corpos – vivos ou mortos – capaz de torná-los legíveis aos mecanismos burocráticos e, por outro lado, como não ser identificável em determinados contextos resulta em ter o reconhecimento social do indivíduo removido, despossuído, negado e esvaziado (p. 50).

A obra ilustra e ajuda a compreender o processo histórico relacionado aos esforços de identificar corpos para fins de vigilância, a atualidade do tema sendo também inegável, tendo em vista que identificar corpos suspeitos nas fronteiras e nos espaços de trânsito tem atingido níveis obsessivos e paranoicos desde 11 de setembro de 2001. Dentre as diversas técnicas de identificação corporal – retratos falados, fotografia, mensurações antropométricas, apenas para citar as mais antigas – que vêm sendo desenvolvidas desde o século XIX com o objetivo de controlar territórios cada vez mais marcados pela mobilidade dos corpos e pela potencial maleabilidade da identidade pessoal, destaca-se o uso da impressão digital (cf. Maguire, 2009, p. 12). A identificação datiloscópica não é apenas eficiente em termos de obtenção e arquivamento, como é um registro que mantém uma indelével conexão com o corpo que o produziu. Taussig (1993, p. 220) comenta que, além de ser uma cópia, a impressão digital “também é testemunho do fato de que o contato foi feito – e é a combinação de ambos os fatos que é essencial para o uso da impressão digital pela polícia na detecção e pelo Estado na certificação de identidades”.

Em 1892, Sir Francis Galton – primo de Charles Darwin e também um notório teórico da estatística eugenista (Davis, 2010) – publicou *Finger Prints*, trabalho inspirado na experiência do uso *ad hoc* de impressões digitais por Sir William Herschel, na Índia (mais especifica-

mente em Bengala, atual Bangladesh), para prevenir fraudes no sistema de pensão (Taussig, *ibidem*, p. 222). Sir Galton não só demonstrou cientificamente que impressões digitais eram exclusivas, como desenvolveu um sistema classificatório capaz de manusear grandes quantidades de impressões digitais (Hoover, 1929, p. 207), estabelecendo o uso das impressões digitais, ou “controle organizado da mimese”, como uma ferramenta padrão de vigilância de Estado (Taussig, *ibidem*, p. 220, 222). Pouco tempo depois da publicação de *Finger Prints*, Juan Vucetich, datiloscopista da Argentina, afirmou ter feito sua primeira identificação criminal através de impressões digitais (Hoover, *ibidem*). No Brasil, como observa Ferreira (p. 51), o escopo da identificação datiloscópica foi muito mais abrangente do que a população de criminosos e suspeitos: “o Vucetich, o método de identificação criminal, transformou-se no método de identificação civil”.

Como a impressão digital é puro contágio ao mesmo tempo em que é uma espécie de cópia do corpo, não se pode negar o seu aspecto quase mágico de capturar a identidade individual e reduzi-la a um signo de existência e singularidade, mínimo em informação, porém suficiente para ser arquivado e confrontado com impressões digitais de outras pessoas. Do ponto de vista forense, o fundamental é essa “identidade” mimética que ganha existência por si própria, e não a identidade social: como revela a pesquisa de Ferreira, um dos significados de “identificar” um corpo *não-identificado* consiste em tomar as “individuais datiloscópicas”, o que não significa necessariamente atribuir um nome próprio a ele (p. 63). A pesquisa aponta para o fato de que a apropriação da impressão digital é praticamente como a de “um tipo de número de série escrito sobre o corpo” (Davis, *ibidem*, p. 8), que singulariza o corpo *não-identificado* associando-o a um código que não introduz atributos diferenciais e nem resgata sua pessoalidade.

O outro sentido de “identificar” encontrado nas fichas refere-se a descobrir o seu nome próprio por meio de exame datiloscópico ou por reconhecimento. Porém, “ser identificado”, qualquer que seja o caso, não se confunde com “ser reconhecido”. Reconhecer um corpo significa que este teve um nome próprio atribuído por uma terceira pessoa que se dirigiu ao IML-RJ (p. 63). É notável que, uma vez classificado como *não-identificado*, a inércia burocrática prenda o corpo nesta categoria: mesmo tendo o nome próprio descoberto ou sendo reconhecido de acordo com os procedimentos oficiais, o corpo continua a ser referido como *não-identificado* nas suas fichas (p. 138).

Ao longo de seu trabalho, Ferreira desvenda a mecânica e as categorias que operacionalizam a trajetória dos corpos *não-identificados*, assim como valores sociais, desigualdades e assimetrias subjacentes a essas categorias e mecanismos, reproduzidos cotidianamente na prática à qual esses corpos são submetidos. É bastante revelador, por exemplo, que os autos de exame cadavérico feitos em fetos ou natimortos, apesar da pretensa objetividade clínica, manifestem a ambiguidade simbólica inerente a esses corpos. Como evidenciam as fichas analisadas pela autora, nega-se ou evita-se “qualquer afirmação assertiva quanto a ‘se houve morte’” do feto ou natimorto, ao mesmo tempo em que é classificado como corpo *não-identificado*, estatuto que não é impedido mesmo quando há o registro de membros da sua rede de parentesco (p. 108). Ou ainda um “saber das ruas” eventualmente registrado nas fichas – muitas vezes uma mera suposição depreciativa que apontava o lugar social ocupado pelo *não-identificado*: “parece tratar-se de ébria costumaz” – “não implicava [...] poder ou buscar saber mais. Em vez disso, os profissionais poupavam esforços diante dos corpos e, por esta razão, os dados conhecidos sobre os mesmos diluíam-se entre lacunas em branco, traços e pontos de interrogação” (p. 127).

A situação de desamparo e abandono que configura a morte do *não-identificado* – que “não seria aquele reverenciado, pranteado, vestido, velado e enterrado pelos seus, porque os seus não se fariam presentes e acessíveis em sua vida e, portanto, estariam ausentes em sua morte” (p. 55) – é perpetuada nas fichas referentes a esses corpos, maltratadas e preenchidas de forma desleixada, e no tratamento desumano que classifica e nomeia de forma genérica e impessoal: “Um feto”; “Joaquim de Tal”, “Fulano de Tal”, “Uma criança de 14 dias”, “Uma mulher desconhecida”, “Maria de tal”. Para a autora, o tratamento dispensado no preenchimento das fichas mostra que os *não-identificados* estão inseridos “numa categoria de indistinção e relativa vagueza, e não de individualização” e que são “cadáveres desprovidos não só de nomes, mas também de importância” (p. 66).

Segundo a lógica burocrática, a identificação do corpo tem um valor em si mesmo, que não tem a ver com reconhecê-lo ou resgatar sua história de vida, mas que reside no “próprio registro daquela morte” (p. 95). Na falta de uma identidade burocrática com nome próprio, a morte e sua causa, quando violenta ou suspeita, são relacionadas a uma individual datiloscópica, simultaneamente cópia e índice de contato com o corpo que se declara morto. Após os procedimentos que tornam o corpo *não-identificado* legível para fins de controle burocrático, as fichas que materializam sua existência burocrática são arquivadas em “uma vala comum documental” (p. 173) e, salvo em casos em que ele seja a prova de uma investigação criminal, “o corpo segue para enterro em vala comum no Cemitério São Francisco Xavier, popularmente conhecido como Cemitério do Caju. Como mostram as fichas, muitos deles tinham então seu óbito registrado em cartório” (p. 62).

## Referências bibliográficas

DAVIS, L. J.

2010 “Enforcing normalcy: Disability, deafness, and the body”, in DAVIS, L. J. (ed.), *The disability studies reader*, New York, Routledge, pp. 3-19.

HOOVER, J. E.

1929 “Criminal identification”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, [s.l.], vol. 146, pp. 205-213. The police and the crime problem. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1017563.pdf>>. Acesso em: 19/06/2011.

GALTON, F.

1892 *Finger prints*, London, MacMillan and Co. Disponível em: <<http://galton.org/books/finger-prints/galton-1892-fingerprints-1up-lowres.pdf>>. Acesso em: 19/06/2011.

MAGUIRE, M.

2009 “The birth of biometric security”, *Anthropology Today*, [s.l.], vol. 25, n. 2, pp. 9-14.

TAUSSIG, M.

1993 *Mimesis and alterity: a particular history of senses*, London, Routledge.